

Confira o artigo da presidente da FenaSaúde publicado em 23/1 na Folha de S.Paulo

Nosso planeta está se tornando um grande ser vivo digital. Com o avanço da internet das coisas, processadores podem ser colocados em produtos com as mais diversas finalidades. Em várias partes do mundo, sensores embutidos em objetos medem a vibração, a temperatura, a composição química etc. Algumas das aplicações dessa tecnologia serão úteis a ponto de nos fazer pensar como conseguimos viver tanto tempo sem elas.

Um exemplo? Assim que os sensores químicos ficarem suficientemente baratos, eles poderão ser colocados dentro das caixinhas de leite para avisar quando o produto, de fato, azedou. Em vez de respeitar a data de validade da embalagem (baseada em um cálculo estatístico sobre a duração média do produto), o consumidor terá uma informação precisa para saber se o leite ainda está bom. Uma informação única, individualizada e capaz de evitar muitos desperdícios.

Na saúde, há múltiplos desdobramentos e possibilidades. Surgem balanças que registram não só o peso, como também o nível de hidratação e outros parâmetros e suas variações. Os dados são enviados para um aplicativo de celular. Há também relógios que fazem bem mais do que apenas registrar as horas. É o caso da nova versão do Apple Watch, capaz de realizar um eletrocardiograma e enviar o resultado para o celular. A partir daí, o cliente pode compartilhar a informação com o médico, se desejar.

A inovação tecnológica que já estamos vivendo e os debates acerca do futuro da informação, como o promovido durante o 4º Fórum da FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), no fim de outubro, nos levam a refletir sobre as implicações deste novo mundo, no qual os consumidores aceitam fornecer dados pessoais com a contrapartida de receber melhores serviços.

No nosso setor, é preciso ter um cuidado extremo na transição para a quarta revolução industrial --a da informação. É imperdoável errar quando o que está em jogo são os dados de saúde, como ressaltou Henrique von Atzingen do Amaral, líder do ThinkLab da IBM Brasil. Todo e qualquer serviço que pretenda usar esse tipo de informação precisa oferecer conveniência, relevância, segurança e controle.

O grande entusiasmo despertado pelos avanços da inteligência artificial aplicada à área médica só vai se concretizar no Brasil se os dados dos pacientes estiverem digitalizados e disponíveis, de forma organizada e comparável. Só assim os algoritmos poderão contribuir para a melhoria dos diagnósticos por imagem, a descoberta de novas drogas, a priorização de pacientes em hospitais, entre outros usos.

Antes disso, os agentes da saúde suplementar têm o desafio de mostrar ao paciente o que será feito com as informações dele e conseguir consentimento para qualquer de suas ações. É o que exige a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em agosto. O prazo de adequação dado às empresas é insuficiente: apenas 18 meses.

O marco legal impõe um desafio, mas não impedirá o avanço dos projetos baseados no registro e compartilhamento de dados de saúde. As primeiras iniciativas das operadoras têm demonstrado que os indivíduos concordam em permitir o acesso a seus prontuários eletrônicos quando recebem informações claras e entendem os benefícios oferecidos. Com transparência, ética e respeito à legislação, o futuro da informação pode ser um grande aliado na reorganização do sistema de saúde.

Fonte: [FenaSaúde](#), em 23.01.2019.